



JANGO: O POPULISMO EM CRISE E O DISCURSO DE 13 DE MARÇO¹

Marcelo Parker²

Resumo

O comício realizado pelas forças de apoio ao presidente João Goulart, no dia 13 de março de 1964, é tido pelos historiadores como um dos principais estopins para o golpe civil-militar deflagrado 18 dias depois. A preocupação deste trabalho é analisar o teor do discurso proferido por Jango, buscando nele traços da retórica populista. O uso sistemático das palavras “povo”, “trabalhadores”, “brasileiros” e de estratégias discursivas como a demonização dos adversários, a exaltação da pátria e de “heróis” do passado e o emprego de frases carregadas de um lirismo dramático, são marcas inequívocas desta prática. Cunhado por Francisco Weffort, o termo “populismo” caracteriza o fenômeno político onde líderes utilizam a ligação direta com a população, sobrepondo-se inclusive aos próprios partidos e às instituições representativas, para implantar seus projetos. No caso do Brasil, o populismo esteve estreitamente vinculado à ascensão da classe operária urbana, que passou a integrar o cenário nacional a partir do primeiro governo Vargas. O discurso de 13 de março é, ao mesmo tempo, o ápice e o ocaso deste modelo, razão pela qual entendo ser relevante a sua análise.

Palavras-chave: Jango. Populismo. Golpe de 64.

Introdução

Da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, até o dia 7 de setembro do mesmo ano, com a posse de João Goulart na presidência da República, o Brasil passou por um período de forte instabilidade política. Superada – temporariamente - a crise, o novo mandatário, ao assumir o cargo, fez um discurso conciliador, dizendo que se inclinava mais a *“unir do que a dividir, (...) pacificar do que acirrar ódios, (...) harmonizar do que estimular ressentimentos”*³. Prometeu ainda promover a paz interna e respeitar permanentemente a vontade do povo. No entanto, como seu conturbado governo e suas tensões constantes mostrariam, respeitar a vontade do povo e manter a paz interna eram coisas inconciliáveis. As relações entre as forças atuantes no cenário nacional chegaram a um ponto de saturação que o modelo político, que ficou conhecido como nacional-populismo, não tinha mais como atenuar.

O trabalhador entra em cena

¹ Artigo apresentado na disciplina Política I da especialização em História do Brasil Contemporâneo. Orientador: André Reis da Silva (FAPA).

² Graduado em Jornalismo na PUCRS e Especialista em História do Brasil Contemporâneo pela FAPA.

³ Disponível em <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/8.pdf>

O “*Estado de Compromisso*” (WEFFORT, 1980, P.70), que caracterizou as relações políticas e sociais do Brasil entre os anos 30 e 60, se baseava num pacto de confiança entre a população e o governo. Weffort (op.cit. P.61) distingue dois períodos: um autoritário institucional (1936-1945), e outro autoritário paternalista ou carismático (1945-1964). O populismo, por natureza, é contrário às lutas de classes, “*fundamentalmente conciliador e (...) raramente revolucionário*” (WILLS in INCISA, 1986, P.981), tendendo sempre a ver o povo como uma massa homogênea, uma grande família, e não uma composição de classes distintas com distintos interesses.

A partir da década de 30, os trabalhadores passaram a ser reconhecidos como atores importantes no jogo político, e, como tal, foram recebendo direitos sociais, o que possibilitou a consolidação do modelo. Ao contrário do liberalismo, o positivismo, que muito influenciou o início da trajetória política de Vargas, preocupava-se com a incorporação do proletariado à sociedade. Uma legislação social e trabalhista seria, segundo a corrente, a melhor maneira de incorporar os trabalhadores ao sistema de maneira disciplinada – além de evitar a penetração de idéias comunistas. O que ocorreu então, a partir da ascensão de Vargas, foi uma grande ampliação da base social do Estado. Multiplicaram-se os sindicatos e outras associações de classe, surgiram novos partidos e foram criados movimentos políticos de massa de âmbito nacional. Para reduzir as fraudes eleitorais foi criado o voto secreto e o sufrágio foi estendido às mulheres. Em 1943, veio o corolário da política social de Vargas: a CLT.

Os críticos do populismo brasileiro vêem na política do período, não uma conquista social dos trabalhadores brasileiros, mas sim uma estratégia onde o governo assumia a condição de “pai benevolente”, concessor de privilégios. Mas os benefícios estendidos a uma parcela da população, fazem com que José Murilo de Carvalho (in FERREIRA, 2001) critique a interpretação, dada por muitos autores, de que o populismo se resumiria à situação “dominador-dominados”, na qual o povo seria apenas uma “*vítima impotente diante das maquinções do poder do Estado*” (P.63). O autor afirma que “*a cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicatória*” (CARVALHO, 2003, P. 126). O fato é que, manipulados ou não, os trabalhadores brasileiros passaram a ter direitos que antes não tinham. E, mesmo que fossem utilizados como massa de manobra nos jogos eleitorais, o controle dos poderosos sobre seus votos era muito menor que ao tempo da República Velha.

Ao longo da década de 50, porém, as classes trabalhadoras, que Getúlio conseguira manter tão inteligentemente gravitando na órbita do Estado, adquiriram certo grau de autonomia de pensamento e passaram a ver os interesses do governo não necessariamente

como os seus. No início do processo de modernização do Brasil, na década de 30, pouca era ainda a conscientização das classes populares, formada em grande parte por populações recém chegadas do campo, homens rudes que nenhum direito tinham na sociedade rural de onde vinham. Era natural que se deixassem levar por líderes que lhes concedessem alguns direitos na relação com o empregador, com os quais jamais haviam sonhado na realidade semi-feudal do Brasil oligárquico. A obrigatoriedade da sindicalização para o acesso a determinados direitos, e a presença, dentro destas entidades, de representantes do Governo, inibia a atuação de anarquistas, comunistas, ou qualquer um que ousasse incutir nas cabeças dos trabalhadores idéias de sublevação ou insatisfação com o sistema. Viana (in FERREIRA, 2001), destaca a “*concepção individualista*” (P.73) do migrante agrário, o que favorecia a sua incorporação pacífica ao modelo populista e o pouco interesse na adesão à luta de classes.

Mas o contato com o operariado urbano foi trazendo ao antigo campônio maior consciência política. A situação mundial do pós-guerra, já sem os regimes de força italiano e alemão que assolavam a Europa e inspiravam líderes autoritários na América Latina; a nova polarização mundial e a conseqüente influência do imaginário soviético sobre os trabalhadores do planeta; e a proliferação de novos partidos políticos após a redemocratização de 1945, eram fatores que despertavam as classes populares para o fato de que os direitos trabalhistas não eram, ou, pelo menos, não deveriam ser caridade de um Estado generoso, e sim conquistas oriundas da luta por justiça social. E, se por um lado, o governo melhorara a vida dos trabalhadores urbanos, por outro, não ousara alterar a situação no campo. A legislação social não atingira os domínios dos setores oligárquicos, deixando claro que Getúlio não romperia com os antigos donos do poder no Brasil. Precisava também deles para levar adiante seu projeto nacional-desenvolvimentista, e não se arriscaria a causar tamanha rachadura na coalizão que formara.

O cenário do golpe

O processo de industrialização brasileira mudara radicalmente o país. As tensões da chegada de uma massa de trabalhadores dos campos para as cidades se refletiam nas reivindicações dos diversos setores da esquerda – políticos, sindicatos, estudantes, alas progressistas da Igreja –, que viam a necessidade imprescindível de profundas reformas na raiz da sociedade. Na organização da estrutura sindical brasileira, pós-revolução de 30, Vargas mantinha representantes dentro das entidades de classe, e estes se reportavam a órgãos do Estado. No governo João Goulart a liberdade era muito maior. O Ministério do Trabalho e empresas estatais, como a Petrobrás, chegaram até mesmo a apoiar greves entre 1962 e 1964, configurando uma relação sindicatos-governo bem distinta da que havia

no Estado Novo. Jango recebia em seu gabinete os principais líderes sindicais, especialmente da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Isso desagradava profundamente à oposição: *“No seu gabinete não havia ordem; qualquer um chegava, metia a mão na porta e entrava (...) Ele achava que isso era democracia, nós achávamos que isso era falta de hierarquia”*⁴.

João Goulart tinha o apreço das classes populares. Como ministro do Trabalho do segundo governo de Vargas, havia concedido aumento de 100% ao salário mínimo. Com o seu consentimento, líderes sindicais, alguns do Partido Comunista, chegaram a postos na cúpula do sistema sindical e da previdência social. Greves importantes fizeram de 1954 um ano de fortes lutas reivindicatórias. Como vice de Juscelino Kubitschek, Jango foi o interlocutor junto aos setores populares, ajudando na relativa estabilidade política do período. Porém, os avanços na legislação não chegaram ao campo. O PSD, de Juscelino, tinha como base as velhas oligarquias do interior. Sendo assim, a aliança com o PTB só daria certo se não fosse cogitado nenhum tipo de mudança nas relações agrárias. Nenhuma providência foi tomada neste sentido, mas o crescimento da inquietação rural fez surgir no nordeste, no meio da década de 50, as Ligas Camponesas. Elas ganharam notoriedade a partir da adesão de Francisco Julião, um deputado com grande poder de oratória. Pelo fato de serem sociedades civis, as Ligas não deviam obediência ao Ministério do Trabalho, mas, por outro lado, não tinham a seu favor as leis trabalhistas. Os movimentos chegaram a receber treinamento e apoio financeiro de Cuba. Com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, a legislação social e sindical chegou finalmente ao campo.

O passado de Jango e suas ligações estreitas com os trabalhadores assustavam o empresariado brasileiro ligado ao capital internacional e as multinacionais, além de provocar fortes temores nos setores militares ligados à Escola Superior de Guerra, que, desde 1949, tornara-se um foco de oposição ao comunismo e ao trabalhismo varguista. O braço político da oposição era a União Democrática Nacional (UDN), onde se encontravam os liberais que haviam sempre se colocado contra a política intervencionista do Estado Novo. Os empresários se articulavam através do IPES e do IBAD, institutos que conspiravam contra o governo através de propagandas anticomunistas, e recebiam recursos de empresários nacionais e estrangeiros. A crise econômica favorecia os argumentos dos opositores. Já em janeiro de 1961, um relatório da Embaixada dos EUA dizia: *“o Banco do Brasil praticamente não tem divisas e o governo Kubitschek esgotou, virtualmente, todos os*

⁴ Entrevista dada ao CPDOC pelo então deputado do PSD Augusto do Amaral Peixoto, disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/depoimentos/Augusto_do_Amaral_Peixoto.asp, acessado em 12/05/2008.

recursos éticos e não-éticos de que dispunha para cobrir o déficit do balanço de pagamentos". (PARKER in MACHADO, 1980, P.243). A economia do país atravessava forte recessão. A inflação estimulava a especulação financeira e desviava recursos que poderiam ser usados nos setores produtivos. A capacidade ociosa das indústrias e os baixos salários causavam profunda agitação social. Em 1963, os EUA bloquearam os créditos externos do Brasil. O capital estrangeiro só chegava aos "estados amigos", como o Rio de Janeiro, de Lacerda, e São Paulo, de Adhemar de Barros. Ambos os governadores negociavam diretamente com Washington. Em janeiro de 1964 Goulart sancionou a Lei de Remessa de Lucros, aprovada a mais de um ano pelo Congresso, que restringia em apenas 10% o envio dos lucros das multinacionais para o exterior, causando profundo desagrado no governo estadunidense.

Não bastasse a oposição poderosa, que tratava de unir diferentes segmentos da sociedade, o próprio partido do presidente prejudicava a estabilidade de seu governo. Já no momento da posse se deu o primeiro abalo na relação com a base. Dos 55 votos contrários à instalação do parlamentarismo, 30 foram do PTB. Apenas 19 parlamentares petebistas aceitaram o novo sistema de governo – que acabou vencendo por 253 a 55 -, acordado entre Jango e os demais partidos. Como coloca D'Araújo (1994), o PTB não estava acostumado *"a bem gerir seus conflitos internos, (...) desde suas origens foi dirigido de forma centralista e caudilhesca, fazendo do carisma de Vargas um instrumento de autoridade para referendar cargos e posições"* (P.55). No momento de escolher o primeiro-ministro, nova discordância: o partido indicou Auro Moura Andrade, então presidente do Congresso, mas Goulart escolheu Tancredo Neves, do PSD, em nome da "unidade nacional". Só em julho de 1962 o PTB assumiria o cargo, com Brochado da Rocha, e a partir daí intensificou a campanha para a volta do presidencialismo. Em setembro de 1963, outra grave crise colocou em lados opostos Jango e o seu partido. Os sargentos da Marinha e da Aeronáutica protestaram pelo direito de votar e serem votados para cargos civis. As declarações de Lacerda à imprensa estadunidense, condenando os oficiais, foram consideradas ofensivas pelos chefes militares, que exigiram do presidente a decretação do Estado de Sítio, a ocupação do Palácio da Guanabara e a prisão do governador do Rio de Janeiro. O Congresso – incluindo os deputados do PTB – se opôs ao Estado de Sítio. Retirado o pedido, Jango confidenciou ao deputado Doutel de Andrade: *"Nesta madrugada começou a minha deposição"*. (BANDEIRA, in MACHADO, 1980, p.239).

Mas a maior fonte de pressão, por parte de seus aliados, vinha do então deputado pelo Rio de Janeiro, Leonel Brizola. O ex-governador do Rio Grande do Sul criara a Frente de Mobilização Popular, uma organização que agregava políticos de vários partidos, e fazia

uma oposição aberta ao governo e aos interesses conservadores da direita brasileira. Em maio de 1963, Brizola fez discursos inflamados em uma viagem pelo nordeste do Brasil, muitos dos quais transmitidos em cadeia nacional pela Rádio Mairynk Veiga. Entre outras declarações de forte impacto político, chamou o embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, de “inspetor de colônias”, e alguns militares de “golpistas” e “gorilas”. As palavras de Brizola causaram indignação tão grande entre generais, coronéis, majores, capitães e tenentes, muitos deles até então desunidos ideologicamente, que o jornalista Hélio Fernandes, do jornal carioca Trina da Imprensa, ironicamente chamou o deputado de “*pacificador do exército*”, comparando-o ao Duque de Caxias (SILVA, 1978, P.273). Além disso, o ex-governador gaúcho incitava o povo a pressionar o Congresso Nacional para que as reformas de base fossem aprovadas.

As divergências entre Jango e Brizola aos poucos iam tomando a forma de uma disputa declarada pela liderança do partido. A Frente de Mobilização Popular teve papel de destaque no abandono do Plano Trienal, lançado em dezembro de 1962, para tentar sanar as finanças do Estado. No final de 1963, o movimento pressionou o governo para a nomeação de Brizola ao cargo de Ministro da Fazenda, o que acabou não se concretizando. A prática de diálogo direto com as lideranças sindicais, introduzidas por Jango enquanto ministro de Vargas, ia sendo assimilada por Brizola, que já assumia papel de protagonista nas reivindicações dos trabalhadores e despontava como possível candidato à sucessão presidencial - daí a campanha “*Cunhado não é parente, Brizola para presidente*”. Outro partido de esquerda, o PCB, competia com Brizola pela liderança das massas trabalhadoras. No Recife, o governador Miguel Arraes, do PST, era a grande liderança das esquerdas no nordeste. As tendências ideológicas iam do reformismo moderado ao sonho da república sindicalista. Mas, apesar das diferentes motivações e das incontáveis divergências, todos estes setores estavam juntos no palanque no dia 13 de março de 1964, dando uma demonstração de força e determinação para a aprovação das reformas.

Sexta-feira treze

Como Getúlio entre 50 e 54, Goulart, uma vez reestabelecido o presidencialismo, em janeiro de 1963, procurou se apoiar na força popular para vencer os inimigos políticos. Com os setores de oposição articulando-se, e contando com a poderosa ajuda dos EUA, Jango, “*incapaz de determinar um curso próprio de ação, cedeu afinal à esquerda e concordou em realizar grandes comícios populares como meio de pressionar o Congresso e aprovar as reformas de base*” (CARVALHO, 2003, P.141). A primeira mobilização foi marcada para o Rio de Janeiro, na Central do Brasil, a 13 de março de 1964. A multidão foi calculada em 150 mil pessoas, muitas delas levadas até o local pelos sindicatos e por empresas estatais.

Antes do presidente, 15 oradores discursaram. Brizola, o mais aplaudido, pregou a instauração de um Congresso popular, formado por *“camponeses, operários, sargentos, oficiais nacionalistas e homens autenticamente populares”*⁵. Sempre que criticava o Congresso, a multidão respondia aos gritos de *“Fecha! Fecha! Fecha”*⁶.

Jango subiu ao palanque às 20 horas. Em seu pronunciamento,⁷ encontram-se diversas características do populismo. Segundo Shils (in INCISA, 1986, P.981), seus dois princípios básicos são a *“supremacia da vontade do povo e a relação direta entre povo e leadership”*. Em 65 minutos de discurso, Jango usou a palavra *“povo”* 59 vezes. Em 31 momentos utilizou *“trabalhadores”* e em outros 21 *“brasileiros”*, sempre ressaltando suas virtudes e lamentando a penúria de sua situação. Classificou o comício como um *“memorável encontro entre o povo e o seu Presidente”*, e em cinco oportunidades referiu-se ao público como *“meus patrícios”*. Outro traço marcante do populismo, o lirismo ao retratar o povo, aparece no discurso, como quando o chama de *“irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem e que pagam em sofrimento, pagam em miséria, pagam em privações, o direito de serem brasileiros e o de trabalhar de sol a sol pela grandeza deste país”*.

O Jango conciliador e pacificador do discurso de posse, revela, para terror das elites, um tom beirando o revolucionário, ao dizer que *“Àqueles que reclamam do Presidente da República uma palavra tranqüila para a Nação, (...) o que eu posso dizer é que só conquistaremos a paz social através da justiça social”*. Ao lamentar a insensibilidade de classes da população que tiveram acesso à educação, e que, em sua *“cegueira”* não aderiam à bandeira das reformas, diz que elas poderão ser *“responsáveis, perante a História, pelo sangue brasileiro que possa ser derramado”*. Prenúncio de uma possível guerra civil? Jango, no discurso de 13 de maio, forneceu o argumento definitivo para que os oficiais golpistas convencessem os colegas indecisos de que uma intervenção militar era necessária, ao falar em mudança constitucional - contrariando novamente o discurso de posse -, pois *“a Constituição atual, trabalhadores, é uma Constituição antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, uma estrutura injusta e desumana”*. Muitos militares legalistas se propunham a defender o governo, desde que ele não alterasse as regras do jogo, possibilidade que era vista como golpismo. Mas as mudanças na Constituição eram um fator imprescindível para a concretização das reformas.

⁵ In LAMARÃO, S. Comício das reformas. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5779_1.asp, acessado em 20/05/2008.

⁶ Folha de São Paulo de 14 de março de 1964, disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_14mar1964.htm, acessado em 20/05/2008.

⁷ Disponível em <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/33.pdf>, acessado em 02/04/2008.

Ainda que reformar, para Jango, fosse *“solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada”*, o alerta já havia soado nas casernas. O presidente havia ido mais longe em suas intenções do que ousara quaisquer outros mandatários que o antecederam, inclusive o seu mentor, Getúlio. A principal mudança na Constituição desejada por Jango e pelos setores que o apoiavam era na lei sobre desapropriação de terras, que propiciaria a principal das reformas: a agrária. O Estado não tinha condições de pagar aos proprietários à vista e em dinheiro, como pregava a Carta Magna brasileira. Portanto, a intenção era pagá-las em títulos da dívida pública e em longo prazo. Um dia antes do comício, assinara o Decreto da Supra (Superintendência de Política Agrária), que desapropriava as terras à beira de eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais, e terras beneficiadas por obras de saneamento da União. O anúncio foi feito ao povo na Central do Brasil. O próprio presidente admitia que não era ainda *“aquela reforma agrária pela qual lutamos”*. Não era ainda *“a reformulação do nosso panorama rural empobrecido”*, mas já era suficiente para amedrontar os grandes proprietários.

Para Argemiro Brum (1991), as reformas – agrária, urbana, da empresa, eleitoral, administrativa, fiscal tributária, bancária, cambial e educacional - eram democrático-burguesas, e não socialistas. No caso específico do Decreto da Supra, além dos minifundiários e os sem-terra, a burguesia industrial seria também beneficiada pela ampliação do mercado interno, mas *“a burguesia nacional sempre esteve vinculada estreitamente ao latifúndio; (...) Surgira e evoluíra à sombra do Estado-paternalista-populista”* (P.142). Neste caso, pode-se visualizar claramente o sucesso da propaganda anticomunista de institutos como o IPES e dos discursos reacionários dos políticos da UDN. Os camponeses de Mao e Fidel eram um fantasma demasiado próximo no imaginário burguês brasileiro para que qualquer alteração na estrutura rural fosse tolerada. As áreas atingidas pelo decreto deveriam começar a ser divididas em 60 dias. Mas, para Jango e suas reformas, restavam menos de 20 dias no poder.

Apesar das inúmeras diferenças entre os variados tipos de populismo, uma característica é intrínseca a todas as formas: a distinção entre “povo” e “não-povo”. No primeiro grupo, Jango coloca os *“trabalhadores”*, o *“camponês abandonado”*, os *“humildes”*, *“operários”*, *“estudantes”*, *“intelectuais”* e todos os *“que colocam os interesses da Pátria acima de seus interesses”*. O “não-povo”, os inimigos, em muitos casos podem ser inventados para consolidar um poder dominante. Mas, no caso do governo João Goulart, eles existiam de fato, e são por diversas vezes mencionados no comício da CTG: os *“especuladores de terras”*, os *“latifundiários”*, as *“classes conservadoras”*. Outras vezes, são

citados sem definir exatamente de quem se trata, outra característica marcante do discurso populista: *“as forças reacionárias”, os “gananciosos”, “uma minoria de insensíveis”, “as forças poderosas”, “exploradores do povo”, “exploradores do Brasil”*. Não deixa claro quem são, mas afirma quais interesses defendem: *“dos monopólios, nacionais e internacionais”*. “Eles” querem *“estrangular a voz do povo”, “calar suas reivindicações”*. “Eles” são os que querem a *“democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio”, a “democracia do anti-sindicato”, “uma democracia de um povo emudecido (...) que melhor atenda aos seus interesses ou aos dos grupos que eles representam”*.

Ainda quando acusa diretamente seus opositores, Jango não lista em sua categoria de “não-povo” o setor que seria o grande responsável por sua derrocada: o Exército. Pelo contrário, nos dois momentos em que são mencionadas, as Forças Armadas são chamadas de *“patriotas”, “bravas” e “gloriosas”*. Mas não poupa de suas críticas os setores conservadores da Igreja: *“Ameaça à democracia é empulhar o povo brasileiro, é explorar os seus sentimentos cristãos, na mistificação de uma indústria do anticomunismo”*. Procura ainda basear-se em conceitos cristãos para defender a reforma agrária: *“O inolvidável Papa João XXIII é que nos ensina (...) que a dignidade da pessoa humana exige normalmente, como fundamento natural para a vida, o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos”*. Contra o uso político dos sentimentos religiosos da classe média, Jango pronuncia que *“o cristianismo nunca foi o escudo para privilégios condenados para o Santo Padre, (...) Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças. Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena maioria”*.

Se, como ressalta Incisa (1986, P.986), o populismo prega o *“retorno a certos valores originais da sociedade nacional”*, ele também pode ir atrás de uma referência que fale alto na memória coletiva do povo, ainda que esta não esteja na origem da formação da nação. O mito fundador, tão comumente presente no discurso populista, aqui é substituído pela menção ao líder mais popular da história brasileira. Jango era sabedor do poder dos feitos de Vargas sobre o imaginário coletivo dos trabalhadores. Como herdeiro direto do trabalhismo e do conterrâneo criador do PTB, evocou o nome do “pai dos pobres” algumas vezes ao longo do discurso, sempre em tom poético de exaltação: *“a democracia que levou o grande Presidente Vargas ao extremo sacrifício”, “ideais patrióticos e imortais de um brasileiro que também continua imortal em nossa alma e nosso espírito”*. Ao anunciar a assinatura do decreto de encampação de todas as refinarias particulares, disse que elas, a

partir de então, pertenciam ao “povo”, e que fazia isso inspirado no “*grande e imortal Presidente Getúlio Vargas*”, “*o imortal e grande patriota tombou, mas o povo continua a caminhada, guiado pelos seus ideais*”.

Da mesma maneira que Getúlio, ao ver ruir à sua volta a base que sustentava o “Estado de Compromisso” populista, Jango vê no apoio popular a única maneira de romper a resistência do Congresso e conseguir a implantação de seus projetos: “*O povo quer que se amplie a democracia, quer que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; quer que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facilitado participar da vida política do país, através do voto, podendo votar e ser votado (...)*”. O povo, elemento mítico de todos os regimes políticos, especialmente os de cunho populista, vivia naquela noite a sua glorificação máxima, a plenitude de sua cidadania, ao ver nas palavras do condutor da nação um espelho de suas aspirações. A demonstração de força da esquerda havia sido dada. Mas dias depois, com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, o número de manifestantes da Central do Brasil seria em muito superado. A 30 de março, Jango faria outro discurso explosivo, desta vez no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, para um público formado por sargentos, soldados e marinheiros. Mas sua sorte já estava selada. Se restava ainda alguma dúvida nos militares resistentes ao golpe, sobre até onde o presidente estava disposto a levar adiante as reformas de base, o comício de 13 de março dissipou todas elas.

Conclusão

A resistência que o projeto das reformas enfrentava no Congresso Nacional fez com que o governo passasse a ver, na participação direta do povo, a única alternativa para alcançar seus objetivos. O choque era inevitável. Brizola, em seus discursos inflamados, pedia o fechamento do Congresso e exigia do presidente mais ousadia em suas ações. Os pedidos de Jango, para que o povo apelasse à sensibilidade do Congresso na aprovação das reformas, demonstram que a pressão exercida pela ala mais radical de sua base de apoio havia finalmente encontrado eco no líder máximo da nação. Dois dias depois, Goulart enviou ao Congresso a sua última mensagem, solicitando, entre outras coisas, a revogação do princípio de indelegabilidade de poderes, para que o Executivo pudesse agir com mais liberdade e sem os entraves burocráticos impostos pelo Legislativo.

O comício da CGT, a anistia aos marinheiros revoltosos do Sindicato dos Metalúrgicos, treze dias depois, e, por fim, o discurso aos sargentos, soldados e marinheiros no Automóvel Clube do Brasil formam o “canto dos cisnes” de um governo turbulento em sua essência, cujo abrir das cortinas é uma renúncia e o epitáfio uma intervenção militar. Um governo que deu os primeiros passos sob um parlamentarismo criado às pressas e mergulhou no abismo autoritário sob a vigência de um presidencialismo como o país só

veria novamente dali a mais de vinte anos. Ao contrário de Getúlio, que jamais subestimara a força dos generais, Jango, talvez influenciado pelo cunhado Brizola e seus “grupos dos onze”, pela idéia utópica de um exército popular, apostou no apoio das baixas patentes, proporcionando aos golpistas das forças armadas o argumento da quebra de hierarquia para convencer os colegas recalcitrantes a apoiarem a deposição do presidente.

Para um país com a tradição autoritária do Brasil, fica difícil imaginar outro desfecho para a crise. Como foi apresentando neste artigo, João Goulart sofria a influência de políticos e segmentos da sociedade que tinham um real interesse em promover reformulações profundas na estrutura social, ainda que tivessem que atropelar os trâmites democráticos para que isso ocorresse. Levado pelas circunstâncias, impelido pelas escolhas de alianças que fez, o próprio presidente acabou assumindo um discurso que, dentro do contexto de guerra fria do início dos anos 60, só poderia mesmo ser interpretado como revolucionário. O Decreto da Supra, a Lei de Remessa de Lucros, a encampação das refinarias estrangeiras de petróleo, além da estatização das companhias ITT e AMFORP, no Rio Grande do Sul, eram sinais claros de que o Brasil rumava para um destino bem diferente daquele que queriam as elites, seus representantes políticos, as forças armadas e os Estados Unidos.

O populismo, que até então se caracterizara por exercer o papel de algodão entre os cristais, conciliando os diferentes objetivos classistas, e por manter um alto grau de cautela quando se tratava do interesse dos poderosos, pagaria o preço por dar livre andamento ao jogo democrático, num país onde a história democrática ainda engatinhava. O ingresso das massas no cenário político nacional trazia às mentes dos setores conservadores o fantasma do totalitarismo soviético, da ditadura do proletariado, do socialismo cubano. Por outro lado, os direitos sociais já adquiridos nas décadas anteriores, somados à crescente mobilização de sindicatos, estudantes e trabalhadores rurais, davam à esquerda a idéia de que era chegada a hora da completa justiça social e da conquista definitiva da cidadania, ainda que, para isso, as instituições democráticas precisassem ser removidas do caminho – o que acabou acontecendo, só que por outras mãos.

Referências

<http://www.cpdoc.fgv.br>

<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/>

<http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil>

BRUM, A. O desenvolvimento econômico brasileiro. Petrópolis: Vozes/Fidene, 1991.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- D'ARAÚJO, M. C. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In; SOARES, A. D., D'ARAÚJO, M. C. (Org.). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FERREIRA, J. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In; FERREIRA J. (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In; Revista Brasileira de História. São Paulo: 2004
- INCISA, L. Populismo. In; BOBBIO N. (Org.). Dicionário de política. Brasília: UnB, 1986.
- MACHADO, L. T. Formação do Brasil e unidade nacional. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- SILVA, H. Golpe ou contragolpe? Porto Alegre: L&PM, 1978.
- SINGER, P. Etapas do processo de industrialização. In; História Geral da Civilização Brasileira vol. 4 – Economia e Cultura (1930 – 1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SKIDMORE, T. Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 – 1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.